



# DIOGRANDE

## DIÁRIO OFICIAL DE CAMPO GRANDE-MS

Assinado de forma digital por RODRIGO LENZ51860678149  
DN: c=B, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ONLINE CERTIFICADORA, cn=RODRIGO LENZ51860678149  
Dados: 2015.03.04 11:09:33 -04'00'

Registro n. 26.965, Livro A-48, Protocolo n. 244.286, Livro A-10  
4º Registro Notarial e Registral de Títulos e Documentos da Comarca de Campo Grande - Estado de Mato Grosso do Sul

ANO XVIII n. 4.222 - quarta-feira, 4 de março de 2015

10 páginas

### LEIS

LEI n. 5.516, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

#### INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE A REALIZAÇÃO DO EXAME DE ECOCARDIOGRAFIA FETAL NAS GESTANTES ATENDIDAS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **GILMAR ANTUNES OLARTE**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O exame de Ecocardiografia Fetal deverá integrar o rol de exames obrigatórios a serem realizados nas gestantes atendidas pela rede municipal de saúde.

**Art. 2º** O exame deverá inicialmente ser realizado nas gestantes pertencentes aos seguintes grupos de risco;

**I** - gestantes com idade superior a 35 (trinta e cinco) anos;

**II** - gestantes com história prévia de gestação com feto cardiopata;

**III** - gestante com história prévia de cardiopatia congênita na família da gestante ou do pai da criança;

**IV** - gestante cujo feto apresentar anomalias renais, cerebrais, ósseas ou suspeita de cardiopatia congênita detectada por meio de exame de ultrassonografia;

**V** - gestante cujo feto receber diagnóstico intra-útero de anomalia cromossômica;

**VI** - gestante portadora de rubéola;

**VII** - gestantes usuárias de drogas injetáveis ou álcool;

**VIII** - gestantes que façam uso de medicamentos controlados ou de drogas teratogênicas;

**IX** - gestante com doenças de risco para fetos cardiopatas, a saber:

a) diabetes;

b) doenças do tecido conectivo, como Lúpus;

c) fenilcetonúria.

**Parágrafo único.** A relação de fatores de risco supra não exclui eventuais doenças que venham a ser consideradas como de risco pelo Ministério da Saúde.

**Art. 3º** A Rede Municipal de Saúde deverá providenciar para que, em até 2 (dois) anos, o exame de Ecocardiografia Fetal integre a relação de exames de rotina em

gestantes.

**Art. 4º** As despesas decorrentes do implemento desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 3 DE MARÇO DE 2015.

**GILMAR ANTUNES OLARTE**  
Prefeito Municipal

LEI n. 5.517, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

#### AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL À INSTALAÇÃO DE CERCAS ELÉTRICAS EM TODAS AS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DE CAMPO GRANDE-MS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **GILMAR ANTUNES OLARTE**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal à instalação de cercas elétricas em todas as Escolas Públicas Municipais no âmbito de Campo Grande-MS.

**§ 1º** O equipamento citado no caput será instalado sobre os muros que cercam as escolas municipais de Campo Grande-MS.

**§ 2º** A instalação do equipamento citado no caput respeitará as normas técnicas exigidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 3 DE MARÇO DE 2015.

**GILMAR ANTUNES OLARTE**  
Prefeito Municipal

LEI n. 5.518, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

#### DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O INSTITUTO ATOS DE AMOR, COM SEDE EM CAMPO GRANDE-MS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **GILMAR ANTUNES OLARTE**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono

PREFEITO..... Gilmar Antunes Olarte  
Vice-Prefeito.....  
Chefe do Gabinete do Prefeito..... Valtemir Alves de Brito  
Secretário Munic. de Gov. e Relações Institucionais..... Rodrigo Gonçalves Pimentel  
Secretário Munic. de Administração..... Wilson do Prado  
Secretário Munic. da Receita..... Ricardo Vieira Dias  
Secretário Munic. de Planejamento, Finanças e Controle..... Andre Luiz Scaff  
Secretária Munic. de Políticas e Ações Sociais e Cidadania..... Janete Belini D'Oliveira  
Secretária Munic. de Educação..... Angela Maria de Brito  
Secretário Munic. de Desenvolvimento Econômico, Turismo, de Ciência e Tecnologia e Agronegócio..... Natal Baglioni Meira Barros  
Secretário Munic. de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.....  
Secretário Munic. de Infraestrutura, Transporte e Habitação..... Heitor Pereira de Oliveira  
Secretário Munic. de Saúde Pública..... Valtemir Alves de Brito  
Secretária Munic. de Políticas para as Mulheres..... Jamal Mohamed Salem  
Liz Danielle Derzi Wasilewski de Matos Oliveira  
Secretária Municipal da Juventude..... Marineuza de Jesus Nascimento  
Secretário Munic. de Segurança Pública..... Valério Azambuja

Procurador-Geral do Município..... Fabio Castro Leandro  
Diretor-Presidente da Ag. Munic. de Habitação de Campo Grande..... Enéas José de Carvalho Netto  
Diretor-Presidente do Instituto Munic. de Planejamento Urbano..... Marcos Antonio Moura Cristaldo  
Diretor-Presidente da Agência Municipal de Prestação de Serviços à Saúde..... Jamal Mohamed Salem  
Diretora-Presidente da Agência Munic. de Transporte e Trânsito..... Elizabeth Felix da Silva Carvalho  
Diretor-Presidente da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande..... Antônio Castelaní Neto  
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Cultura..... Juliana Zorzo Silva  
Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Esporte..... José Eduardo Amancio da Mota  
Diretora-Presidente do Instituto Munic. de Previdência de Campo Grande..... Lilliam Maria Maksoud Gonçalves  
Diretor-Presidente da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande..... Cicero Avila de Lima  
Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Tecnologia da Informação..... Evonaldo Francisco dos Santos



a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública Municipal o Instituto Atos de Amor, com sede em Campo Grande-MS.

**Parágrafo único.** A entidade deverá observar as exigências contidas no Art. 12 da Lei Municipal n. 4.880, de 03 de agosto de 2010, sob pena de revogação da presente lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 3 DE MARÇO DE 2015.

**GILMAR ANTUNES OLARTE**  
Prefeito Municipal

## DECRETOS

DECRETO n. 12.567, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

**ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO n. 11.619, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**GILMAR ANTUNES OLARTE**, Prefeito Municipal de Campo Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a alínea "a" do inciso VIII, do art. 67 da Lei Orgânica do Município de Campo Grande,

## DECRETA:

**Art. 1º** Ficam alterados os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto n. 11.619, de 8 de setembro de 2011, que passam a ter as seguintes redações:

"**Art. 1º** Fica instituído o Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGI-M, de caráter consultivo e deliberativo vinculado ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Segurança Pública." (NR)

"**Art. 2º** O Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGI-M, disporá de uma coordenação, composta pelos seguintes membros:

**I - Coordenador-Geral;**

**II - Coordenador Executivo;**

**III - Assessor de Coordenação;**

**IV - Assessor Técnico-Administrativo." (NR)**

"**Art. 3º** Caberá ao Prefeito Municipal o cargo de Coordenador-Geral e ao Secretário Municipal de Segurança Pública o cargo de Coordenador Executivo.

**Parágrafo único.** O Coordenador-Geral designará os demais membros da Coordenadoria do Gabinete de Gestão Integrada Municipal." (NR)

"**Art. 4º** O Gabinete de Gestão Integrada Municipal vincula-se a estrutura da Secretaria Municipal de Segurança Pública para fins de suporte administrativo e financeiro." (NR)

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 3 DE MARÇO DE 2015.

**GILMAR ANTUNES OLARTE**  
Prefeito Municipal

DECRETO n. 12.568, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À UNIDADE ORÇAMENTÁRIA MENCIONADA NO ANEXO ÚNICO A ESTE DECRETO.**

**GILMAR ANTUNES OLARTE**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso I, do art. 5º, da Lei n. 5.425, de 23 de dezembro de 2014, e com intuito de informar a Câmara Municipal, utilizando a autorização legislativa para abrir créditos suplementares até o limite de 5%,

## DECRETA:

**Art. 1º** - Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para a unidade mencionada no Anexo Único deste Decreto.

**Parágrafo Único** - A suplementação será compensada na forma do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal n. 4.320/64, conforme anulação mencionada no Anexo de que trata este artigo.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE/MS, 3 DE MARÇO DE 2015.

**GILMAR ANTUNES OLARTE**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ SCAFF**  
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Controle

## ANEXO ÚNICO

DECRETO n. 12.568, DE 3 DE MARÇO DE 2015.									
UG	Programa de Trabalho				El. Derp		Fonte		
Cód. Esfera	Sigla	Mod	Função	Sub Função	Programa	Ação	Código	Código	Suplementação
1835	S	FMS	90	10	302	262	4232	319011	100
1035	S	FMS	90	10	302	262	4234	339039	181
								Total	900.000,00
								Total Geral	900.000,00

0,00

DECRETO n. 12.569, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

**REGULAMENTA A LEI n. 5.514, DE 20 DE JANEIRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) AOS IMÓVEIS LOCADOS, ARRENDADOS OU CEDIDOS EM COMODATO AOS TEMPLOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS.**

**GILMAR ANTUNES OLARTE**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 67, da Lei Orgânica do Município, e

## DECRETA:

**Art. 1º** A isenção do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) com relação aos imóveis locados, arrendados ou cedidos em comodato para a prática de culto religioso no Município, concedida pela Lei n. 5.514, de 20 de janeiro de 2015, fica regulamentada pelo presente Decreto.

**Art. 2º** A isenção de que trata a Lei n. 5.514/2015 aplica-se exclusivamente aos imóveis edificados e utilizados em sua totalidade para a prática de cultos religiosos, não beneficiando quando o imóvel tiver parte de sua edificação destinada para outro uso.

**§ 1º** O imóvel objeto do pedido deverá estar devidamente cadastrado no Cadastro Imobiliário do Município e averbado em nome do locador.

**§ 2º** A isenção deverá ser requerida anualmente, até o dia 10 de março de cada exercício, sob pena de cobrança do imposto.

**§ 3º** A isenção para o exercício de 2015 deverá, excepcionalmente, ser requerida até o dia 10 de junho.

**§ 4º** A entidade religiosa que não requerer o benefício fiscal até a data prevista no § 2º e § 3º deste artigo perderá o direito a concessão da isenção, para o exercício que deixou de requerer, nos termos do que dispõe o inciso IV do art. 2º da Lei n. 5.514/2015, devendo a autoridade competente proceder ao lançamento de ofício do imposto devido.

**§ 5º** Somente poderá ser suspensa a exigibilidade do crédito tributário se a entidade religiosa interessada protocolar o requerimento até 10 de março do ano do exercício fiscal da solicitação.

**§ 6º** A isenção não alcança as taxas, emolumentos, contribuição de melhoria e não dispensa do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação vigente.

**§ 7º** A isenção:

**I** - não gera direito à restituição de qualquer quantia paga ou parcelada anteriormente à concessão do benefício;

**II** - não gera direito adquirido e será cancelada de ofício sempre que apurado que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, ou que não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício;

**III** - retroagirá seus efeitos, proporcionalmente, a data do protocolo do requerimento.

**Art. 3º** A concessão do benefício fica condicionada a requerimento da entidade religiosa endereçado à Secretaria Municipal da Receita, por meio de processo administrativo específico, nos termos do que artigo 2º da Lei n. 5.514/2015, instruída com os seguintes documentos:

**I** - cópia dos atos constitutivos da instituição religiosa, devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos com, no mínimo, um ano de pleno funcionamento;

**II** - cartão de inscrição no CNPJ/MF;

**III** - instrumento particular de locação, comodato ou arrendamento do imóvel firmado entre o representante da entidade e o proprietário do imóvel, com firma reconhecida e devidamente averbado junto à matrícula do imóvel, devendo neste constar a responsabilidade pelo pagamento do IPTU pela entidade religiosa locatária, comodataria ou arrendatária;

**IV** - comprovante de inscrição no Cadastro de Atividade Econômica deste Município;

**V** - matrícula atualizada do imóvel;

**VI** - cópia dos documentos pessoais do locador e do locatário.

**Parágrafo único.** A entidade religiosa que deixar de apresentar a documentação de que trata este artigo terá seu pedido indeferido.

**Art. 4º** Fica vedado o benefício se o imóvel:

**I** - possuir débitos de qualquer natureza lançados em sua inscrição imobiliária; e,

**II** - for de propriedade do representante legal da entidade ou seu cônjuge.

**Diário Oficial de Campo Grande - DIOGRANDE**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**

Prefeitura Municipal de Campo Grande - Secretaria Municipal de Administração  
Av. Afonso Pena, 3.297 - Centro Fone/Fax (067) 3314-9869  
CEP 79002-942- Campo Grande-MS

[www.capital.ms.gov.br/DIOGRANDE](http://www.capital.ms.gov.br/DIOGRANDE) - [diogrande@semad.capital.ms.gov.br](mailto:diogrande@semad.capital.ms.gov.br)

Publicação de Matéria por centímetro linear de coluna R\$ 4,20

## SUMÁRIO

LEIS .....	01
DECRETOS.....	02
SECRETARIAS .....	03
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	05
ATOS DE PESSOAL .....	05
ATOS DE LICITAÇÃO .....	08
ÓRGÃOS COLEGIADOS .....	09
PODER LEGISLATIVO .....	09
PUBLICAÇÕES A PEDIDO .....	10